

Comportamento político da firma: um estudo empírico das empresas exportadoras brasileiras

Firm's political behavior: an empirical study of brazilian exporting companies

Comportamiento político de las empresas: un estudio empírico de las empresas exportadoras brasileñas

DOI: 10.54033/cadpedv21n3-067

Originals received: 02/16/2024

Acceptance for publication: 03/01/2024

Virgilius de Albuquerque

Doutor em Administração pela Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE - FGV)

Instituição: Faculdade de Administração e Finanças da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Endereço: R. São Francisco Xavier, 524, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20550-900

E-mail: virgiliusa@hotmail.com

RESUMO

Objetiva-se compreender o comportamento da firma no âmbito dos canais de mediação política dos poderes executivo e legislativo, assim como junto à sociedade civil organizada para a consecução de seus objetivos empresariais. Faz-se um recenseamento da literatura acadêmica relativa aos meios de interlocução da classe empresarial brasileira visando constituir um modelo de mensuração do comportamento político da firma. A metodologia consiste no emprego da técnica de análise fatorial confirmatória objetivando corroborar, ou não, o modelo teórico. Com os dados obtidos a partir de questionários, aplicados em 2007, junto às maiores empresas exportadoras nacionais visando analisar o seu desempenho exportador não foi possível validar o modelo de mensuração original constituído por doze variáveis observacionais, agregadas em três subfatores (poder executivo, poder legislativo e sociedade civil). Todavia, analisando-se separadamente cada um desses subfatores, ou variáveis latentes de primeira ordem, pode-se inferir pela validade de cada um desses três submodelos de mensuração. Dentre os indicadores de mensuração utilizados, destacam-se as participações em conselhos instituídos pelo chefe do Executivo, em comissões parlamentares e em entidades patronais como principais medidores do comportamento político da firma.

Palavras-chave: Análise Fatorial Confirmatória. Canais de Mediação. Comportamento Político da Firma.

ABSTRACT

The objective is to understand the firm's behavior within the scope of the political mediation channels of the executive and legislative powers, as well as with organized civil society to achieve its business objectives. A survey of the academic literature on the means of dialogue of the Brazilian business class is carried out in order to constitute a measurement model of the firm's political behavior. The methodology consists of employing the confirmatory factor analysis technique in order to corroborate, or not, the theoretical model. Considering the data obtained from questionnaires applied in 2007 to the largest national exporting companies in order to analyze their export performance, it was not possible to validate the original measurement model consisting of twelve observational variables, aggregated into three subfactors (executive power, legislative power and civil society). However, analyzing separately each of these subfactors, or first-order latent variables, one can infer the validity of each of these three measurement submodels. Among the measurement indicators used, participation in councils set up by the Chief Executive, in parliamentary commissions and in employers' organizations stands out as the main indicators of the firm's political behavior.

Keywords: Confirmatory Factor Analysis. Firm's Political Behavior. Mediation Channels.

RESUMEN

El objetivo es comprender el comportamiento de la firma en el ámbito de los canales de mediación política de los poderes ejecutivo y legislativo, así como con la sociedad civil organizada para el logro de sus objetivos empresariales. Se realiza un levantamiento de la literatura académica sobre los medios de diálogo de la clase empresarial brasileña para constituir un modelo de medición del comportamiento político de la empresa. La metodología consiste en emplear la técnica de análisis factorial confirmatorio para corroborar, o no, el modelo teórico. Con los datos obtenidos de los cuestionarios aplicados en 2007 a las mayores empresas exportadoras nacionales para analizar su desempeño exportador, no fue posible validar el modelo de medición original compuesto por doce variables observacionales, agregadas en tres subfactores (poder ejecutivo, poder legislativo y sociedad civil). Sin embargo, analizando por separado cada uno de estos subfactores, o variables latentes de primer orden, se puede inferir la validez de cada uno de estos tres submodelos de medida. Entre los indicadores de medición utilizados, destaca la participación en los consejos constituidos por el Jefe del Ejecutivo, en las comisiones parlamentarias y en las organizaciones empresariales, como principales indicadores del comportamiento político de la firma.

Palabras clave: Análisis Factorial Confirmatorio. Canales de Mediación. Comportamiento Político de la Empresa

1 INTRODUÇÃO

A atuação da empresa na esfera política não é um tema muito analisado no campo da gestão. O comportamento político da firma reflete as práticas empreendidas pelas classes empresariais, agentes sociais que são comumente estudados pelas ciências políticas.

No entanto, dentre o rol de instrumentos utilizados pela firma para a consecução de seus objetivos empresariais, notadamente, direcionados para a sua sobrevivência, competitividade e lucratividade, há a atuação de seus dirigentes junto aos canais de mediação política nas esferas executiva e legislativa federal, bem como no âmbito da sociedade civil organizada.

Este estudo objetiva analisar o comportamento político da firma a partir de dados empíricos obtidos a partir da aplicação, em 2007, de questionário junto às maiores empresas exportadoras brasileiras. A partir da síntese da literatura teórica e empírica pertinente, concebeu-se uma estrutura analítica, academicamente denominada modelo de mensuração de variável latente. A variável latente, também, conhecida por constructo corresponde à operacionalização de um conceito que não pode ser mensurado diretamente. Esse é o caso do comportamento político da firma.

Com a finalidade de construir um modelo de mensuração que possa ser corroborado por dados empíricos, este estudo é composto por outros quatro tópicos. O tópico subsequente apresenta uma abordagem teórica sobre os principais temas atinentes à conduta política da firma. Nesse sentido, discorre-se sobre o Estado, a sociedade civil e os canais de mediação política empregados pelos diversos agentes societários, em particular a classe empresarial brasileira, com o intuito de conceber um modelo de mensuração, a partir dos substratos teóricos existentes, com a finalidade de ser operacionalizado estatisticamente.

Empregando-se a linguagem estatística, esse processo de construção de um conceito alicerçado em teorias e estudos empíricos provenientes do conhecimento científico visa aferir validade de conteúdo à variável latente em análise (comportamento político da firma), obtendo-se, assim, delimitação de

conteúdo ou demarcação de domínio do conceito (Churchill, 1979; DeVellis, 2003; Edwards; Bagozzi, 2000; Netemeyer; Bearden; Sharma, 2003; Thiry-Cherques, 2005).

Em seguida, discorre-se sobre a abordagem metodológica empregada, qual seja, a técnica de estatística multivariada conhecida por análise fatorial confirmatória. A partir da concepção estrutural do conceito, procura-se analisar se os dados empíricos coletados se ajustam estatisticamente ao modelo originalmente concebido. Utiliza-se o software Mplus que contém o método de estimação de parâmetros WLSMV, estimador robusto para o tratamento de variáveis categóricas.

O tópico subsequente apresenta os resultados encontrados a partir do processamento das questões obtidas no questionário. Os dados obtidos são devidamente analisados visando avaliar se o modelo de mensuração pode ser validado e replicado para outros estudos. Naquele mesmo tópico, é feita uma avaliação quanto à existência de viés de aceitabilidade social com o propósito de estimar se as respostas apresentadas a algumas questões mais sensíveis foram influenciadas pelo interesse do respondente em aparentar um comportamento social aceitável.

Por fim, são tecidas algumas conclusões finais que sintetizam os principais resultados encontrados.

2 ABORDAGEM TEÓRICA

Este tópico aborda a atuação política da classe empresarial brasileira nos canais de mediação existentes no Estado e na sociedade civil. Em seguida, sumariza-se a validade de conteúdo e apresenta-se o constructo em análise para a sua operacionalização por meio do modelo de mensuração ‘comportamento político da firma’.

2.1 COMPORTAMENTO POLÍTICO DOS GRUPOS DE INTERESSE

Em termos ontológicos, o Estado é um sistema ambivalente de dominação social (imbricação entre o Estado e a sociedade civil), cujo exercício coercitivo e consensual é efetuado por um conjunto de instituições e normas legais mediadoras junto aos diversos grupos de interesse da sociedade civil (O'Donnell, 1982; Poulantzas, 1971).

Bobbio (1987) elenca um conjunto de sujeitos constituintes da sociedade civil. Cita os grupos de interesse, os movimentos sociais, as associações civis, enfim, as organizações que representam os interesses sociais e políticos de grupos societários. Menciona, também, os partidos políticos, compreendidos como uma organização híbrida, simultaneamente pertencente à sociedade civil e ao Estado. E, ressalta a importância da opinião pública, divulgada pela mídia, como voz da sociedade civil que é indutora de reivindicações e demandas de mudanças.

O Estado, assim como os segmentos da sociedade civil, possui grupos de interesse. Esse mesmo entendimento é estendido à mais tradicional forma de representação política, o aparelho legislativo, onde interagem três atores principais, a saber, os legisladores, os grupos de interesse e os eleitores que representam uma massa não-organizada e destituída de interesses particulares. O processo legislativo não é visto, simplesmente, como resultante da balança de poder dos diferentes grupos, mediada, de forma passiva, pelos congressistas. Esse corpo eletivo possui, assim como a burocracia do Executivo, graus de liberdade que lhe permitem atuar de modo menos constrangido, procurando, igualmente, a consecução de seus próprios interesses (Denzau; Munger, 1986).

A atuação dos grupos de interesse no processo legislativo pode ser estimada a partir de indagações acerca da realização de contribuições (como, por exemplo, recursos financeiros, prestação de serviços, trabalhos voluntários) de campanha a legisladores e a percepção de atendimento aos seus interesses. Apesar de ser configurado como um agente político, os grupos de interesse, assim como todos os demais agentes, apresentam dissimilaridades entre si, razão pela qual deve-se atentar para a sua natureza fragmentária (Litvak, 1983).

O processo brasileiro de modernização capitalista foi conduzido ‘pelo alto’, ou seja, com a exclusão de forças populares, e foi direcionado de forma elitista pelo Estado com o apoio de frações das classes dominantes. Não foi dirigido por uma burguesia revolucionária ancorada pelas massas camponesas e de trabalhadores urbanos. Essa formação histórica de nosso modelo republicano-capitalista, conduzida pelo Estado brasileiro de acordo com a concepção gramsciana de revolução passiva ou revolução restauradora, explica porque o Estado brasileiro conserva estruturas institucionais tradicionais que conjugam traços de patrimonialismo, autoritarismo, e de exclusão social. Essas estruturas de dominação personalistas são sustentadas pela concessão de benefícios por meio de uma rede de intercâmbio de práticas clientelistas (Coutinho, 1989; Fleury, 2004).

As principais formas de representação dos grupos sociais para o processamento de suas demandas e negociação de seus interesses junto ao Estado podem ser classificadas em (i) justiça e polícia: conotada pela interpelação do Estado; (ii) programático-partidárias: como, por exemplo, a associação partidária; e (iii) reprodução da estrutura assimétrica de poder vigente mediante o apaziguamento e incorporação de interesses específicos, de forma a evitar a institucionalização de conflitos de interesse entre segmentos sociais. As duas modalidades iniciais são mais representativas das instituições do Estado democrático-republicano, em que predomina uma lógica de ação coletiva, lastreada em uma racionalidade burocrática e na existência de uma cultura jurídica.

A última modalidade de representação confunde-se com as práticas patrimonialistas, que visa o atendimento de interesses particularistas, disjuntivos de temas de interesse coletivo e da consecução e manutenção de bens públicos. O processamento político dessas demandas restritas é efetivado de forma não agregada por intermédio de contatos e vínculos pessoais, prioritariamente. Esses comportamentos políticos apresentam maior propensão de ocorrência em sociedades multifacetadas, dispersas e desmobilizadas, marcadas por significativos graus de diferenciação, fragmentação social e vacuidade estatal na prestação de serviços públicos.

Sua prática política pode ser sintetizada pelo apoio político personalista ou de categorias e facções sociais em troca de um sistema de incentivos, cujos alguns benefícios materiais e intangíveis podem ser exemplificados pelo acesso a empregos públicos, pela obtenção de privilégios como contratos, concessões e licenças governamentais, por benefícios tributários, pela aprovação de dotações orçamentárias, pela sanção de leis que auferem vantagens a segmentos eleitorais específicos, pela abertura de canais privilegiados de acesso político, e pela influência e prestígio resultante do pertencimento a algum grupo ou alguma associação específica.

A ênfase nessa modalidade de representação provém do comportamento do empresário latino-americano. Historicamente, a imagem cristalizada por esse segmento é o de uma classe com visão social estreita, com reduzida capacidade de articular alianças com outros segmentos sociais, e que privilegia a atividade política de estilo particularista (Diniz, 1993).

Os intercâmbios de favores podem ser consubstanciados pelas seguintes mecanismos de articulação política, engendrados informalmente tanto ao nível do executivo como do legislativo: (i.1) elitismo político, concessão de demandas típicas por meio da prática de favores personalistas tradicionais ou destinados a categorias sociais específicas, que podem ser expressas pelo: (i.1.1) clientelismo político (manipulação de políticas públicas com vistas à distribuição de favores pessoais ou direcionados a segmentos específicos, com objetivos eleitorais ou outras formas de apoio, retroalimentando, dessa forma, uma lógica de causação circular); (i.1.2) patronagem (distribuição de cargos na administração pública com o objetivo de assegurar a coalizão da base de governo; loteamento dos principais cargos da administração pública); (i.1.3) corporativismo (controle estatal exercido por deliberações processadas nas estruturas burocráticas de forma restrita e menos transparente, e que atendem interesses funcionais de classes sociais específicas); e (i.1.4) predomínio das relações pessoais (que unem interesses públicos e privados dentro da organização burocrática do Estado); (i.2) eleitoral: mediação partidária de natureza clientelista entre o parlamentar e o representado, configurando a desnaturação programática dos partidos políticos mediante a cooptação

recíproca entre eleitor e parlamentar em troca, por um lado, do patrocínio político, instrumentalizada pelo financiamento de campanhas eleitorais por agentes unitários ou por bancadas representativas de segmento societal ou regional, e, por outro, da articulação política para a privatização de um bem público; (i.3) categorias associativas ou extrapartidárias: tais como, associações civis (profissionais ou comunitárias), sindicatos profissionais, entidades semipúblicas patronais e de trabalhadores (e.g. serviços sociais, conselhos profissionais); e (i.4) lobbismo e negociação de *side payments*: exemplificados pela atuação de lobistas, negociatas, troca de favores, fraude eleitoral, compra de votos, tráfico de influência, e corrupção (Diniz, 1982; Litvak, 1983; Milner, 1997; O'Donnell, 1982, 1988; Reis, 1993; Santos, 1993).

Alguns indicadores, observados na literatura, que podem ser utilizados para a inferência de participação política ou relacionamento da sociedade civil com o Estado são: (i) apoio, filiação e participação em entidades representativas da sociedade civil; (ii) contribuição para campanhas políticas de deputados e senadores; (iii) atuação proativa junto aos congressistas para a defesa de seus interesses; (iv) existência de atuação parlamentar positiva em defesa de seus interesses nas diversas fases do processo legislativo; (v) manutenção de escritórios próprios ou contratados, também, identificados como prestadores de atividade de assessoria de relações governamentais, para o exercício de *lobbying*; (vi) atuação proativa junto ao executivo federal; (vii) responsividade do executivo federal aos seus interesses, e (viii) prática de pagamentos indevidos a servidores públicos, a magistrados, ou a políticos para a consecução de um interesse particular, bem como o nível de obstáculo causado pela corrupção para a condução dos negócios da firma (Bloch & Balassiano, 2000; Denzau & Munger, 1986; Diniz & Boschi, 2004; Litvak, 1983; Milner, 1997).

2.2 SÍNTESE DA VALIDADE DE CONTEÚDO

O Estado representa um espaço cênico onde as diversas classes sociais e suas frações interagem por intermédio de suas relações de força. A fragmentação de poder proveniente das especificidades das classes confere

autonomia relativa ao Estado. A governança das políticas públicas, composta pelos estágios de formulação, implementação e controle, resultam da condensação das lutas de classes e dos grupos sociais fragmentados.

O Estado medeia a correlação de forças dos segmentos sociais e os conflitos decorrentes da diferenciação e hierarquização social desses segmentos. Para tanto, ele utiliza mecanismos institucionais de intermediação e comunicação responsáveis pela regulação das relações entre a autoridade política do Estado e o poder social da sociedade civil.

Esses mecanismos de acesso ao Estado compreendem o sistema eleitoral, os partidos políticos, a representação legislativa, os políticos, a atuação de grupos de interesse no processo legislativo (doação de recursos para campanhas legislativas, trabalhos voluntários), e o intercâmbio de favores no executivo e legislativo (clientelismo político, patronagem, corporativismo, relações pessoais, *lobbying*, e negociação de *side payments*).

Por sua vez, a sociedade civil é vista como conjunto de grupos sociais e suas frações que apresentam interesses sociais, políticos, e econômicos distintos e se organizam em busca da consecução desses interesses junto aos canais de mediação do Estado. É composta basicamente por grupos de interesse, movimentos sociais, organizações religiosas, associações civis e partidos políticos.

Os grupos de interesse são associações formais de indivíduos com interesses congêneres que se estruturam em organizações para participar de processos decisórios com a finalidade de auferir benefícios. Apesar da existência de interesses coletivos comuns, esses agrupamentos apresentam diversidades internas de interesses, ocasionando a sua fragmentação.

Com relação à mediação política entre o Estado e a classe empresarial nacional, a estrutura de representações de interesses e os padrões de interação da classe empresarial brasileira com os agentes estatais se caracterizam por uma estrutura dual e multipolar. A estrutura é composta por um formato corporativo (sindicatos, federações e confederações) – corporativismo, supervisionado pelo Estado; por uma rede de associações voluntárias paralelas orientadas para a representação de seus interesses – associativismo; e por

organizações civis de estudos e pesquisas, de corte transetorial, direcionados para a discussão de grandes temas nacionais de desenvolvimento econômico e social (PNBE, IEDI, institutos liberais) – neocorporativismo.

Essas estruturas podem apresentar dinâmica competitiva ou cooperativa, ou seja, interesses divergentes ou convergentes. A estrutura de representação é heterogênea e multifacetada em função do tamanho da firma, do tamanho do sindicato, da regionalização, e do setor da atividade econômica. Os padrões de ação coletiva, expressos pelos fóruns negociais criados pelo Estado, pelo *lobbying*, pelos métodos clientelistas, e pelo exercício de vínculos pessoais possibilitam que essa configuração tenha flexibilidade de representação e adaptabilidade às diferentes conjunturas.

Enfim, os modelos de representação política são compostos por três elementos, a saber:: (i) atores societais relevantes; (ii) os padrões de interação entre o ator relevante e o Estado brasileiro, em suas dimensões executiva e legislativa, para a formulação e implementação de políticas públicas; e (iii) as estruturas de relações interorganizacionais, representadas pelas estruturas corporativas, associativas e neocorporativas (Bobbio, 1987; Boschi, Diniz & Santos, 2000; Coutinho, 1989; Denzau & Munger, 1986; Diniz, 1982, 1993, 2007; Diniz & Boschi, 1993, 2004; Fleury, 2004; Litvak, 1983; Mainwaring, 2001; Milner, 1997; Mohun, 1996; O'Donnell, 1982, 1988; Poulantzas, 1971; Santos, 1993; Velasco, 1997, 1997a).

2.3 CONCEITUAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO CONSTRUCTO

No âmbito nacional, o comportamento político da firma expressa as manifestações das atitudes, propensões, expectativas, e comportamentos da organização empresarial junto aos canais formais e informais de mediação política do Executivo e do Legislativo federal. Essas manifestações se exprimem individualmente ou por intermédio de grupos de interesse, constituídos sob as formas corporativa, associativa ou neocorporativa.

O comportamento político abrange todos os campos de interesse da firma. Deste modo, compreende as diversas funções de governo, tais como a

educação, a saúde, o transporte, a indústria, e o comércio exterior. Esse conceito abrange a dimensão política, apenas. Por outro lado, exclui as dimensões social, econômica, e cultural, bem como as relações mantidas com outras esferas políticas executivas e legislativas (níveis estadual e municipal).

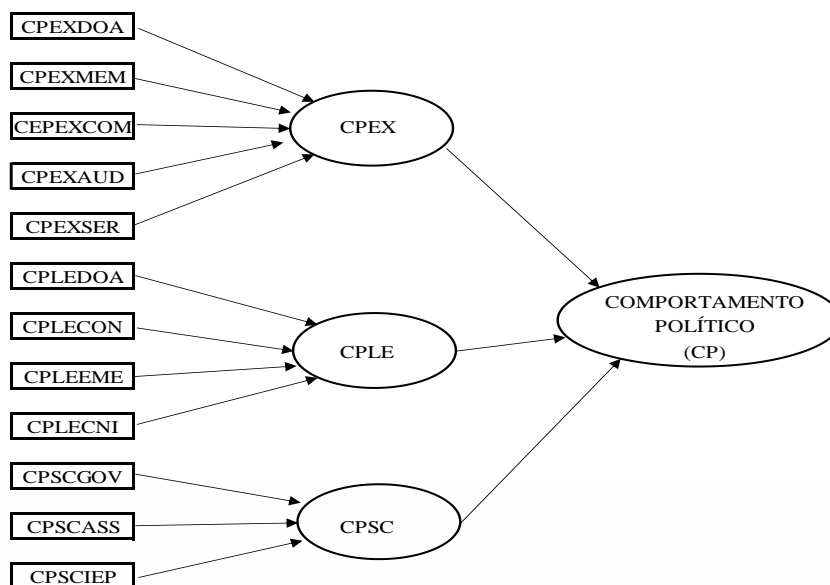
O atributo desse conceito é o comportamento político, que, devido ao espectro adotado pela pesquisa, é decomposto pelas categorias apresentadas abaixo. Essas categorias e os indicadores de mensuração foram obtidos a partir da literatura acadêmica referente ao Estado e ao empresariado brasileiro.

Quadro 1 – Indicadores do constructo Comportamento político da firma

Atributo	Categorias	Indicadores
Comportamento Político (CP)	Dimensão do Executivo (CPEX)	Financiamento de campanha (CPEXDOA), participação em conselhos (CPEXMEM), participação em comitivas (CPEXCOM), audiências e contatos políticos (CPEXAUD), contratação de consultorias (CPEXSER)
	Dimensão do Legislativo (CPLÉ)	Financiamento de campanha (CPLÉDOA), contatos com membros de partidos políticos (CPLÉCON), participação em comissões parlamentares (CPLÉEME), participação na formulação de agenda legislativa no âmbito da Confederação Nacional das Indústrias (CPLÉCNI)
	Entidades da sociedade civil (CPSC)	Participação em entidades patronais (CPSCGOV), em associações setoriais (CPSCASS), e em institutos de estudos e pesquisas (CPSCIEP)

Fonte: Autoria própria (2008)

Figura 1 – Modelo pictorial do constructo Comportamento político da firma



Fonte: Autoria própria (2008)

3 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A metodologia empregada consiste na técnica estatística denominada análise fatorial confirmatória. Em essência, busca-se validar o modelo constituído a partir do arcabouço teórico (validade de conteúdo) com os dados obtidos empiricamente. A análise fatorial objetiva reduzir a dimensionalidade do conceito em análise (comportamento político da firma) por meio da construção de fatores ou variáveis latentes, bem como determinar a estrutura subjacente às relações (correlações) percebidas entre as variáveis latentes e variáveis observacionais ou manifestas.

A análise fatorial confirmatória do modelo de mensuração de um fator também é designada de análise da estrutura de covariância de um fator. Esse modelo de mensuração é constituído pelo conjunto de variáveis latentes ou categorias que representam os fatores de primeira ordem; pelas variáveis observacionais ou indicadores, que são empregados para mensurar os fatores; e pelas variáveis latentes que expressam os erros de mensuração dos indicadores.

O software utilizado é o Mplus que contém uma função de discrepância robusta para o tratamento estatístico de estimação de parâmetros obtidos a partir de variáveis categóricas, que, *ipso facto*, não assume que os dados sejam normalmente distribuídos. Salienta-se que nas distribuições caracterizadas pela não-normalidade, é recomendado o emprego de funções de estimação que não exijam normalidade de distribuição. Esse estimador, WLSMV (*weighted least square mean and variance parameter estimator*) fornece a estatística qui-quadrada (χ^2), assim como, outras estatísticas de ajuste do modelo conhecidas por CFI (*comparative fit index* > 0,9), TLI (*Tucker-Lewis index* > 0,9), RMSEA (*root mean square error of approximation* < 0,08) e WRMR (*weighted root mean square residual* < 1,0) (Boomsma, 1983; Browne & Cudeck, 1993; Brown, 2006; Hair; Anderson; Tatham; Black, 1998; Hu; Bentler, 1999; Muthén; Muthén, 2004; Netemeyer *et al.*, 2003; Rigdon, 1998).

A hipótese nula a ser corroborada é que a matriz de covariância dos dados amostrais obtidos na pesquisa (S) é igual à matriz de covariância dos dados

ajustados ao modelo de mensuração, ou matriz de covariância implícita do modelo ($\Sigma(\theta)$), isto é, $S = \Sigma(\theta)$. A estatística χ^2 estima se o modelo geral se ajusta aos dados amostrais. Essa estatística apresenta significância se a hipótese nula for violada. A estatística *p-value* – valor-p ou valor da probabilidade – é utilizada para esse propósito. Se *p-value* for menor que o nível de significância do teste (α) deve-se rejeitar a hipótese nula de que não há resíduos, ou erros, resultante da diferença entre ambas as matrizes de covariância, concluindo-se, por conseguinte, que há uma diferença significativa e que o modelo não retrata os dados amostrais. Por outro lado, caso o valor-p for maior que 0.05, não se pode concluir que existe uma diferença significativa entre as matrizes.

Esclarece-se que o nível de significância corresponde à probabilidade de rejeição da hipótese nula quando ela é verdadeira. Neste estudo, considera-se que $\alpha = 5\%$, ou 0,05, que, de outro modo, equivale a um intervalo de confiança de 95%. Essa probabilidade significa que os parâmetros estimados pelo modelo em 95% dos estudos empíricos realizados estão em conformidade com os dados amostrais.

Além das estatísticas de ajuste do modelo mencionadas anteriormente, devem ser observadas as estatísticas de medição ou especificação do modelo, isto é, os valores dos parâmetros de associação entre as diversas variáveis de mensuração e os seus constructos. Nesse particular, destacam-se as cargas fatoriais que relacionam os fatores (constructos) e os indicadores de mensuração. O λ (lambda) é a estatística do modelo de mensuração que corresponde à carga fatorial, ou coeficiente de regressão, entre as variáveis latentes e os seus indicadores.

Por sua vez, o coeficiente de correlação múltipla (R^2) estima a significância estatística, ou seja, a proporção da variância das variáveis observacionais, ou dependentes, que é explicada pelos fatores, ou variáveis independentes. É comum, em pesquisas em ciências sociais, a obtenção de R^2 menor que 0,5, ou seja, a variância da variável dependente é explicada no percentual de 50% pela variância da variável independente, e, ainda assim, a correlação pode ser considerada relativamente forte (Hair *et al.*, 1998; Keith, 2015).

A hipótese nula para a verificação de significância estatística desses parâmetros (λ) corresponde à inexistência de correlação entre os fatores e seus respectivos indicadores. Portanto, nesse caso, a hipótese nula deve ser rejeitada e, por conseguinte, devem ser preservados os parâmetros com *p value* < 0,05.

O trabalho empírico foi consubstanciado mediante uma *survey* com a aplicação de questionário, cuja escala de medição das variáveis manifestas foi a escala multicotômica Likert com cinco pontos. A utilização dessa escala é amplamente observada em pesquisas de ciências sociais, podendo ser encontrada, inclusive, em trabalhos de estatística multivariada com o emprego de equações estruturais. A elaboração e estruturação do questionário foram efetuadas em consonância com a literatura correlata (Alreck; Settle, 1995; Bollen, 1989; Churchill, 1979; DeVellis, 2003; Muthén, 1984; Netemeyer *et al.*, 2003; Peterson, 2000; Rossiter, 2002).

Observa-se a necessidade de obtenção de uma amostra com um tamanho mínimo de observações de modo a assegurar a exatidão das estimativas da matriz de covariância e a significância estatística dos testes. O tamanho mínimo da amostra é condicionado pelo desenho do modelo, compreendendo diversos elementos, tais como a quantidade de indicadores e fatores, a relação de indicadores por fator, as cargas fatoriais etc. Por conseguinte, há conclusões ambíguas acerca das orientações sobre o tamanho mínimo da amostra em modelos estatísticos estruturados (Gagné; Hancock, 2006; Hu; Bentler, 1998, 1999; Jackson, 2001, 2003; Kim, 2005; Kline, 2005; MacCallum, Browne & Sugawara, 1996; MacCallum; Widaman; Zhang; Hong, 1999; Muthén; Muthén, 2002; Schumacker; Lomax, 1996).

As questões alusivas ao comportamento político da firma apresentadas no questionário estão reproduzidas abaixo.

As seguintes formas de atuação contribuíram para o fortalecimento das relações de sua empresa com o governo federal:

- participação na formulação da agenda legislativa no âmbito da Confederação Nacional das Indústrias ((CPLECNI));
- audiências com Ministros de Estado e/ou Secretários de seus ministérios (CPEXAUD);

- doações para campanhas eleitorais para a Presidência da República (CPEXDOA);
- apresentação de propostas e emendas em comissões e subcomissões do Congresso Nacional para a defesa de projetos de interesse (CPLEEME);
- participação ativa em entidades patronais regulamentadas pelo governo (sindicatos, federações e confederações) (CPSCGOV);
- membro de conselhos instituídos pelo Presidente da República (CPEXMEM);
- financiamento e/ou participação em atividades de institutos de estudos e pesquisas empresariais (CPSCIEP);
- contratação de serviços de assessoria e/ou consultoria para a viabilização de estudos, projetos e/ou financiamentos junto ao governo federal (CPEXSER);
- integrante de comitivas oficiais de viagens do Presidente da República e/ou Ministros de Estado ao exterior (CPEXCOM);
- contatos com a classe política para a obtenção de apoio aos seus objetivos empresariais (CPLECON);
- participação em associações de representação de interesses setoriais (CPSCASS);
- contribuições para as campanhas eleitorais de políticos para cargos parlamentares federais (CPLEDOA).

Foi elaborada, também, com base na escala de mensuração de desejo social de Marlowe e Crowne, traduzida para o português por Scagliusi *et al.* (2004), a seguinte questão para fins de análise acerca da existência de viés de aceitabilidade social (discorrido adiante):

Na condição de executivo de empresas, o(a) senhor(a) alguma vez desistiu de tomar decisões que trariam benefícios para a sua empresa porque teve dúvidas sobre a sua habilidade gerencial de empreendê-las.

4 RESULTADOS E ANÁLISES

Esta seção aborda, inicialmente, a análise acerca da existência de viés de aceitabilidade social, que pode ser percebido nas respostas às questões sensíveis relativas a eventuais adoções de procedimentos indevidos na dimensão da conduta ética. Em seguida, são analisados os dados de ajuste e de especificação do modelo, estimados pelo *software* Mplus.

O questionário, efetuado em meio digital, foi encaminhado às maiores empresas exportadoras nacionais no período de 2002 a 2006, de acordo com o ex-Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC). Foram aplicados 1.152 questionários e entregues 157 totalmente preenchidos. A taxa de resposta foi de aproximadamente 13,5%, considerada aceitável para *surveys* dessa natureza (Alreck; Settle, 1995; Kume; Anderson; Oliveira, 2001).

4.1 VIÉS DE ACEITABILIDADE SOCIAL

Algumas perguntas podem apresentar conteúdo susceptível, em que o respondente apresenta um certo desconforto em respondê-las corretamente. Portanto, é necessário que seja avaliado se o desejo de aceitação social do respondente pode influenciar as respostas a questões mais sensíveis. No questionário aplicado, há questões que podem apresentar respostas socialmente enviesadas.

Com o objetivo de avaliar se algumas dessas questões foram respondidas sob o manto da aceitação social, foram efetuados testes qui-quadrados. Foram selecionadas todas as questões referentes aos indicadores de medição da variável de primeira ordem (categoria) comportamento político na dimensão do Executivo – Doações para campanhas presidenciais (CPEXDOA), Participação em conselhos instituídos pela Presidência (CPEXMEM), Participação em comitivas de viagens oficiais (CPEXCOM), Audiências com Ministros e Secretários ministeriais (CPEXAUD) e Contratação de serviços de assessoria/consultoria (CPEXSER) – e duas questões relativas à dimensão do

Poder Legislativo – Contribuições para campanhas legislativas (CPLEDOA) e Contatos políticos com objetivos empresariais (CPLECON).

Essas questões correspondem às variáveis dependentes. A variável independente consiste na questão inserida no questionário com a finalidade de identificar a existência de viés de aceitabilidade social. Ela indaga ao respondente se alguma vez desistiu de tomar decisões que trariam benefícios para a sua empresa porque teve dúvidas sobre a sua habilidade gerencial de empreendê-las. Trata-se, portanto, de uma questão sensível acerca da fragilidade gerencial do respondente que visa inferir a veracidade de suas respostas.

A hipótese nula (H_0) desse teste é que não há relação entre as variáveis dependentes (comportamento político) e a variável independente (aceitabilidade social). A não-rejeição da H_0 implica que as respostas não foram induzidas pelo desejo de aceitação social. Portanto, nesse caso, o *p value* deve ser $\geq 0,05$, para teste bicaudal. Por outro lado, caso a hipótese nula seja rejeitada, a fidedignidade das respostas estará sob suspeição.

São apresentados, abaixo, os resultados obtidos. Observa-se que os valores entre parênteses correspondem ao percentual das células em que a frequência esperada é inferior a 5, caso em que as estatísticas qui-quadradas são menos acuradas.

Tabela 1 – Viés de aceitação social (indicadores mais sensíveis)

Questão / indicador	Pearson qui-quadrada (χ^2)	p value
Doações para campanhas presidenciais (CPEXDOA)	23,427 (65%)	0,024
Participação em conselhos instituídos pela Presidência (CPEXMEM)	25,334 (68%)	0,064
Participação em comitivas de viagens oficiais (CPEXCOM)	15,744 (68%)	0,471
Audiências com Ministros e Secretários ministeriais (CPEXAUD)	31,307 (60%)	0,012
Contratação de serviços de assessoria/consultoria (CPEXSER)	28,505 (64%)	0,027
Contribuições para campanhas legislativas (CPLEDOA)	23,581 (72%)	0,099
Contatos políticos com objetivos empresariais (CPLECON)	14,388 (64%)	0,570

Fonte: Dados da pesquisa (2008)

Houve a existência de frequências inferiores a 5 em todas as células da tabela. Desse modo, os valores qui-quadrados devem ser interpretados com cautela. Foram efetuados 7 testes de aceitabilidade social. As questões CPEXMEM, CPEXCOM, CPLEDOA e CPLECON apresentaram valores qui-

quadrados não-significativos. Nesses casos, a hipótese nula de que as respostas a essas questões não foram condicionadas pelo desejo de apresentar respostas socialmente adequadas perdura.

Por outro lado, os valores qui-quadrados das questões CPEXDOA, CPEXAUD e CPEXSER foram significativos. Nesses casos, a hipótese nula é rejeitada e os resultados estatísticos sugerem que as respostas a essas questões foram enviesadas pelo desejo de aceitabilidade social dos respondentes. Dessa forma, suas escalas de mensuração podem estar enviesadas pelo desejo do respondente em aparentar um comportamento social aceitável. Destarte, esse comportamento influencia, também, os valores das cargas fatoriais dessas variáveis observacionais.

Ressaltada a limitação interpretativa decorrente do elevado percentual de células com frequência inferior a 5 observações, pode-se sugerir que as respostas às questões mais sensíveis relativas ao comportamento político da empresa na esfera do Executivo apresentaram viés de aceitabilidade social, quais sejam, doações para campanhas eleitorais para a Presidência, audiências com autoridades ministeriais e contratação de serviços de assessoria ou consultoria para viabilizar interesses empresariais, que corresponde a um eufemismo de *lobbying*.

4.2 ESTATÍSTICAS DE AJUSTE E DE ESPECIFICAÇÃO DO MODELO

Apresentam-se, em seguida, as estatísticas de ajuste do modelo original, consoante a representação pictorial contida na Figura 1, acima. Adotou-se a premissa de que não há resíduos das variâncias das variáveis latentes de primeira ordem (CPEX e CPLE). Nesse sentido, as variâncias do erro de mensuração desses fatores foram fixadas em zero, ou seja, supôs-se que não há erro de mensuração desses constructos de primeira ordem. Esse pressuposto equivale a refletir diretamente o comportamento do fator principal (comportamento político) nas variáveis observacionais relativas às dimensões do Executivo e do Legislativo.

Tabela 2 – Estatísticas de ajuste do modelo de mensuração Comportamento político

χ^2 / gl	<i>p value</i>	CFI	TLI	RMSEA	WRMR
0,0000 / 20	0,0000	0,921	0,964	1,192	1,181

Fonte: Dados da pesquisa (2008)

Considerada a premissa supracitada, o valor-p da estatística qui-quadrada (χ^2) foi menor que 0,05. Desse modo, essa estatística foi significativa e a hipótese nula de que os parâmetros do modelo correspondem aos dados amostrais (matriz de covariância amostral é igual à matriz de covariância implícita do modelo) deve ser rejeitada. Com relação aos valores das outras estatísticas de ajuste absoluto (RMSEA e WRMR), observa-se que ambas não atendem aos limites sugeridos (RMSEA < 0,08 e WRMR < 1,0).

Não obstante, as estatísticas de ajuste incremental (CFI e TLI) atenderam aos limites preconizados pela literatura (ambos > 0,90). Malgrado satisfatórias, essas duas estatísticas não possibilitam concluir que o modelo de mensuração se ajusta aos dados amostrais obtidos nos questionários. Portanto, esse modelo não pode ser validado.

Apesar do modelo não apresentar necessário o ajuste estatístico, são reproduzidas, abaixo, as estatísticas de medição, ou especificação, do modelo de mensuração original.

Tabela 3 – Cargas fatoriais do modelo de mensuração original

Fator de 2ª ordem	Fator de 1ª ordem	Indicador	Carga Fatorial (λ)				R^2 (<i>p value</i>)
			Fator	Indicador	Relevância	<i>p value</i>	
Comportamento político (CP)	CPEX		1,000				
		CPEXDOA		1,047	1,047	0,000	0,000
		CPEXMEM		1,095	1,095	0,000	0,000
		CPEXCOM		1,028	1,028	0,000	0,000
		CPEXAUD		1,000	1,000	-	0,000
	CPEXSER		1,011	1,011	0,000	0,000	
	CPLE		0,997				
		CPLEDOA		0,929	0,926	0,000	0,000
		CPLECON		0,994	0,991	0,000	0,000
		CPLEEME		1,099	1,096	0,000	0,000
		CPLECNI		1,000	0,997	-	0,000
	CPSC		0,870				
		CPSCGOV		1,000	0,870	-	0,000
		CPSCASS		0,757	0,659	0,000	0,000
		CPSCIEP		1,184	1,030	0,000	0,000

Fonte: Dados da pesquisa (2008)

Todos os valores-p dos coeficientes de correlação múltipla (R^2) foram inferiores a 0,05. Consequentemente, são estatisticamente significativos e, dessa forma, rejeitam a hipótese nula. Destaca-se que o teste de hipótese das cargas fatoriais é fundamentado na hipótese nula de que a variância das variáveis dependentes (indicadores observacionais) não é explicada pelas variáveis independentes (variáveis latentes). Portanto, caso o modelo de mensuração estivesse devidamente ajustado, todas as cargas fatoriais seriam estatisticamente válidas.

Conquanto o modelo implícito não reflita adequadamente os dados empíricos, observa-se a maior relevância das cargas fatoriais relativas às variáveis de mensuração do comportamento político na esfera do Poder Executivo.

As estatísticas de ajuste de um modelo são condicionadas por diversos elementos, inclusive, a relação entre o tamanho da amostra e a quantidade de variáveis existentes no modelo. Com o objetivo de atenuar esse efeito e visando analisar o comportamento político da firma em cada uma das arenas políticas separadamente, segmenta-se o modelo original em três novos modelos, quais sejam, o comportamento político nas dimensões do Executivo, do Legislativo, e da sociedade civil organizada.

Inicialmente, são descritas as estatísticas de ajuste, ou adequação, e de medição, ou especificação, da variável latente correspondente à dimensão da atuação política na esfera do Poder Executivo.

Tabela 4 – Estatísticas de ajuste da dimensão do Poder Executivo

χ^2 / gl	<i>p value</i>	CFI	TLI	RMSEA	WRMR
3,617 / 4	0,4604	1,000	1,000	0,000	0,440

Fonte: Dados da pesquisa (2008)

Observa-se que o *p value* da estatística qui-quadrada (χ^2) é maior que 0,05 (valor-p = 0,4604). Portanto, esse parâmetro não é estatisticamente significativo e, por conseguinte, a hipótese nula não é rejeitada.

O RMSEA mensura a diferença entre os erros, ou resíduos, produzidos pelos valores ajustados do modelo construído e os valores observados da

amostra. Consoante os valores obtidos, a diferença entre as matrizes de covariância amostral e do modelo são estatisticamente não significativas, inferindo, por conseguinte, que o modelo de mensuração teórico retrata os valores obtidos na pesquisa. O RMSEA estimado indica que o resíduo médio aproximado é nulo (p value = 0,000), dado já corroborado pelo nível de significância da estatística qui-quadrada, posto que a hipótese nula ($S - \Sigma(\Theta) = 0$) não foi rejeitada (p -value = 0,4604).

Com base no modelo da dimensão do Executivo, foram estimadas as seguintes estatísticas de medição:

Tabela 5 – Cargas fatoriais do modelo de mensuração da dimensão do Poder Executivo

Fator	Indicador	Carga Fatorial (λ)	R ²
CPEX	CPEXDOA	1,093	0,678
	CPEXMEM	1,217	0,840
	CPEXCOM	1,176	0,784
	CPEXAUD	1,000	0,567
	CPEXSER	0,969	0,532

Fonte: Dados da pesquisa (2008)

De acordo com os valores de R² das variáveis observacionais estimados pelo Mplus, a variável latente do modelo ajustado (CPLE) explica cerca de 85% (0,840) da variância do indicador Participação em conselhos instituídos pela Presidência (CPEXMEM) e, aproximadamente, 80% (0,784) do indicador Participação em comitativas de viagens oficiais (CPEXCOM). Evidentemente, esses dois indicadores são os mais relevantes, pois correspondem àqueles que apresentam maiores cargas fatoriais.

Cotejando-se essas informações com os dados obtidos no teste de aceitabilidade social, destaca-se que esses dois indicadores são os mesmos que não foram enviesados pelo desejo de aceitação social na atuação política da firma na esfera do Poder Executivo federal.

Dando continuidade à *rationale* ora exposta, são expressas, adiante, as mesmas estatísticas, estimadas na interlocução política da firma na esfera do Poder Legislativo e junto às entidades da sociedade civil.

Tabela 6 – Estatísticas de ajuste da dimensão do Poder Legislativo

χ^2 / gl	<i>p value</i>	CFI	TLI	RMSEA	WRMR
19,425 / 2	0,0001	0,968	0,952	0,235	0,614

Fonte: Dados da pesquisa (2008)

A estatística χ^2 apresenta significância estatística (*p value* < 0,05). Desse modo, o modelo implícito não se adequa aos dados amostrais. Verificando-se as demais estatísticas de ajuste absoluto, constata-se que RMSEA é superior a 0,08. Portanto, o modelo de mensuração do comportamento político da firma na dimensão do Poder Legislativo não apresenta validade estatística.

Tabela 7 – Cargas fatoriais do modelo de mensuração da dimensão do Poder Legislativo

Fator	Indicador	Carga Fatorial (λ)	R ²	R ² (<i>p value</i>)
CPLE	CPLEDOA	0,869	0,437	0,000
	CPLECON	1,045	0,632	0,000
	CPLEEME	1,245	0,897	0,000
	CPLECNI	1,000	0,578	0,000

Fonte: Dados da pesquisa (2008)

Embora esse modelo não apresente adequação estatística, as cargas fatoriais das variáveis de mensuração denotam a relevância do indicador relativo à Participação em comissões parlamentares (CPLEEME), correspondente à questão relativa à “apresentação de propostas e emendas em comissões e subcomissões do Congresso Nacional para a defesa de projetos de interesse”.

Por fim, são reproduzidas as estatísticas pertinentes à atuação política junto à sociedade civil organizada.

Tabela 8 – Estatísticas de ajuste da dimensão da sociedade civil

χ^2 / gl	<i>p value</i>	CFI	TLI	RMSEA	WRMR
0,000 / 0	0,0000	1,000	1,000	0,000	0,001

Fonte: Dados da pesquisa (2008)

Assim como na dimensão do Poder Legislativo, de acordo com o *p value* da estatística qui-quadrada acima, o modelo não se ajusta aos dados amostrais. Porém, de forma diversa, as demais estatísticas de ajuste absoluto (RMSEA e

WRMR) apresentaram valores dentro dos limites preconizados, o mesmo ocorrendo com as estatísticas de ajuste incremental (CFI e TLI).

Portanto, esse modelo de mensuração do comportamento político da firma junto à sociedade civil pode ser validado estatisticamente.

Tabela 9 – Cargas fatoriais do modelo de mensuração da dimensão da sociedade civil

Fator	Indicador	Carga Fatorial (λ)	R ²	R ² (p value)
CPSC	CPSCGOV	1,000	0,872	0,000
	CPSCASS	0,740	0,477	0,000
	CPSCIEP	0,627	0,343	0,000

Fonte: Dados da pesquisa (2008)

Destaca-se que quase 90% (0,872) da variância do indicador Participação ativa em entidades patronais regulamentadas pelo governo, tais como sindicatos, federações e confederações (CPSCGOV) é explicada pelo comportamento político da firma nas esferas de mediação da sociedade civil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O questionário foi encaminhado para apenas um executivo por empresa. As respostas do respondente refletem diversos fatores, inclusive percepções e conhecimentos pessoais advindos de estruturas mentais inconscientes, o que pode gerar, por conseguinte, vieses na operacionalização das variáveis. Essa estrutura mental é constituída não apenas pelo pensamento lógico do respondente, como também, pela sua psique, cultura e fatores sociais. Portanto, diferentes respondentes de uma mesma empresa poderiam expressar percepções e compreensões distintas daquelas constantes do questionário preenchido.

Os resultados dos testes estatísticos efetuados com o objetivo de inferir a existência de viés de aceitabilidade social dos respondentes às perguntas com maior sensibilidade moral podem ser matizados em razão da captura de apenas uma resposta por empresa. Os testes foram aplicados para todas as variáveis observacionais associadas ao espaço político do Poder Executivo, assim como

para duas variáveis no âmbito do Poder Legislativo – contribuições para campanhas eleitorais e contatos com parlamentares para a viabilização de objetivos empresariais.

No entanto, os resultados evidenciam a possibilidade de que as respostas às questões mais sensíveis da interlocução com o Poder Executivo – doações eleitorais, audiências com Ministros e Secretários ministeriais, e contratação de serviços de assessoria ou consultoria, que transvestem atividades lobistas – tenham sido enviesadas. Os testes não mostraram significância estatística nas duas questões que aparentam menor prática de condutas indevidas, quais sejam, a participação em conselhos e em comitativas de viagens oficiais, eventos naturalmente revestidos de maior transparência.

Quanto à atividade política junto ao Poder Legislativo, os testes da estatística qui-quadrada não evidenciam a existência de vieses nas respostas às duas questões mais susceptíveis às práticas indevidas.

Malgrado os dados constantes do modelo de mensuração do comportamento político da firma em suas três esferas de atuação – no âmbito do Estado, em suas instâncias executiva e legislativa; e na dimensão da sociedade civil – não possam ser validados devido a não conformação das estatísticas de adequação do modelo (Tabelas 2 e 3), observa-se, com a devida ressalva, que a atividade política da firma na dimensão executiva apresenta maior relevância nas ações relativas a participações em conselhos instituídos pela Presidência, doações eleitorais, e participações em comitativas de viagens oficiais.

Por sua vez, analisando-se as cargas fatoriais da variável latente do comportamento político na esfera do Executivo, apenas (tabelas 4 e 5), as relevâncias apontadas anteriormente são reforçadas. Saliencia-se que quaisquer considerações relativas a doações para campanhas eleitorais demandam cautela, porquanto evidenciou-se a existência de viés de aceitabilidade. É possível elucubrar que a constatação desse viés revele uma importância ainda maior dessa variável (doações eleitorais) do que refletida nos dados estatísticos determinados.

Com relação à dimensão da atuação política junto ao Legislativo, o modelo geral evidencia maior importância relativa da atuação política em

comissões e subcomissões do Congresso Nacional com vistas à defesa de projetos empresariais. O mesmo achado foi verificado no modelo de mensuração do comportamento político empresarial na esfera do Poder Legislativo. Contudo, esse recorte do modelo original também não apresentou validade estatística e, por conseguinte, impossibilita inferências acerca de comportamento político (tabelas 6 e 7).

No que concerne à atuação empresarial junto aos segmentos da sociedade civil organizada, o modelo original ressalta a relevância política dos institutos de estudos e pesquisas empresariais. Todavia, em face da refutação estatística do modelo geral, esse entendimento deve ser preterido em favor da maior importância da participação do segmento empresarial em entidades patronais regulamentadas pelo governo, tais como federações e confederações. Salienta-se que a atuação nesse canal de interlocução mostrou maior importância relativa que a participação desse ator societal em associações de representação de seus interesses setoriais (tabelas 8 e 9).

Este estudo realizou uma análise fatorial confirmatória de um modelo de mensuração constituído a partir da literatura acadêmica sobre o Estado, a sociedade civil e a atuação política dos empresários nacionais. Com vistas a validá-lo, foi aplicado um questionário junto a mais de mil empresas exportadoras nacionais, cujas questões foram mensuradas por uma escala categórica Likert. A taxa de resposta foi de aproximadamente 13,5%, resultando na obtenção de uma amostra de 157 questionários.

A realização de pesquisas empíricas em ciências sociais aplicadas que procuram capturar dados de natureza qualitativa e objetivam a concepção de um modelo teórico depara-se com algumas limitações. Geralmente, a premissa estatística básica de existência de uma distribuição normal multivariada é violada em razão da aplicação de questionários com escalas categóricas, em vez de contínuas, e do reduzido tamanho da amostra. Por esse motivo, foi empregado o software Mplus que apresenta uma função de discrepância reconhecidamente robusta para a estimação de parâmetros estatísticos, o estimador WLSMV (*weighted least square mean and variance parameter estimator*).

Essas observações finais visam atentar para a importância da seleção de um estimador de parâmetros apropriado, em especial, quando são empregadas escalas de natureza categórica para a obtenção de dados empíricos. Igualmente, objetivam destacar o desafio para a realização de *surveys* em estudos comportamentais de relevantes atores no campo das ciências sociais aplicadas.

REFERÊNCIAS

- ALRECK, P. L.; SETTLE, R. B. *The survey research handbook: guidelines and strategies for conducting a survey*. New York, NY: McGraw-Hill, 1995.
- BLOCH, R.; BALASSIANO, M. A democratização da gestão pública: as relações entre gestor, inovação e porte demográfico do município. *Revista de Administração Pública*, v. 34, n. 1, jan./fev., p. 145-164, 2000.
- BOBBIO, N. *Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política*. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1987.
- BOLLEN, K. *Structural equations with latent variables*. New York, NY: John Wiley & Sons, 1989.
- BOOMSMA, A. *On the robustness of LISREL (Maximum Likelihood Estimation) against small sample size and non-normality* Tese (Doutorado) – Rijksuniversiteit Groningen, Groningen, Países Baixos, 1983.
- BOSCHI, R.; DINIZ, E.; SANTOS, F. Elites políticas e econômicas no Brasil contemporâneo: a desconstrução da ordem corporativa e o papel do legislativo no cenário pós-reformas. **Série Pesquisas**, São Paulo, SP, Fundação Konrad Adenauer, n. 18, 2000.
- BROWN, T. *Confirmatory factor analysis for applied research*. New York, NY: Guildford, 2006.
- BROWNE, M.; CUDECK, R. Alternative ways of assessing model fit. In: BOLLEN, K.; LONGO, J. (eds.). *Testing structural equation models*. Newbury Park, CA: Sage Publications, 1993. p. 136-162.
- CHURCHILL, G. A paradigm for developing better measures of marketing constructs. *Journal of Marketing Research*, v. XVI, p. 64-73, February 1979.
- COUTINHO, C. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro, RJ: Campus, 1989.
- DENZAU, A.; MUNGER, M. Legislators and interest groups: how unorganized interests get represented. *The American Political Science Review*, v. 80, n. 1, p. 89-106, March, 1986.
- DEVELLIS, R. *Scale development: theory and applications*. 2. ed. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2003.
- DINIZ, E. Voto e máquina política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1982. (Coleção Estudos Brasileiros, n. 59).
- DINIZ, E. Neoliberalismo e corporativismo: as duas faces do capitalismo industrial no Brasil. In: DINIZ, E. (org.). *Empresários e modernização econômica: Brasil anos 90*. Florianópolis, SC: Editora da UFSC, 1993.

DINIZ, E. *Globalização, Estado e desenvolvimento: dilemas do Brasil no novo milênio*. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2007.

DINIZ, E.; BOSCHI, R. Brasil: um novo empresariado? balanço de tendências recentes. In DINIZ, E. (org.), (pp. 115-131). 1993.

DINIZ, E.; BOSCHI, R. *Empresários, interesses e mercado: dilemas do desenvolvimento no Brasil*. Belo Horizonte, MG: Editora da UFMG, 2004.

FLEURY, S. Democracia, poder local y ciudadanía en Brasil. In: GOMÀ, R.; Jacint, J. (eds.). *Descentralización y políticas sociales en América Latina*. Barcelona, ESP: Fundació CIDOB, 2004.

GAGNÉ, P.; HANCOCK, G. Measurement model quality, sample size, and solution propriety in confirmatory factor models. *Multivariate Behavioral Research*, v. 4, n. 1, p. 65-83, 2006.

HAIR, J.; ANDERSON, R, TATHAM, R.; BLACK, W. *Multivariate data analysis*. (5th ed.). Upper Saddle River, NJ: Prentice Hall, 1998.

HU, L.; BENTLER, P. Fit indices in covariance structure modeling: sensitivity to underparameterized model misspecification. *Psychological Methods*, v. 3, n. 4, p. 424-453, 1998.

JACKSON, D. Sample size and number of parameters estimates in maximum likelihood confirmatory factor analysis: a Monte Carlo investigation. *Structural Equation Modeling*, v. 8, n. 2, p. 205-233, 2001.

JACKSON, D. Revisiting sample size and number of parameter estimates: some support for the N:q hypothesis. *Structural Equation Modeling*, v. 10, n. 1, p. 128-141, 2003.

KEITH, T. *Multiple regression and beyond: an introduction to multiple regression and structural equation modeling*. 2. ed. New York, NY: Routledge, 2015.

KIM, K. The relation among fit indexes, power, and sample size in structural equation modeling. *Structural Equation Modeling*, v. 12, n. 3, p. 368-390, 2005.

KLINE, R. () *Principles and practice of structural equation modeling*. 2. ed. New York, NY: Guilford Press, 2005.

KUME, H.; ANDERSON, P.; OLIVEIRA, M. Identificação das barreiras ao comércio no Mercosul: a percepção das empresas exportadoras brasileiras. *Texto para Discussão* (no. 789, maio). Rio de Janeiro, RJ: IPEA, 2001.

LITVAK, I. Lobbying strategies and business interest groups. *Business Quarterly*, v. 48, n. 2, Summer 1983.

MACCALLUM, R.; BROWNE, M.; SUGAWARA, H. Power analysis and determination of sample size for covariance structure modeling. *Psychological Methods*, v. 1, p. 130-149, 1996.

MACCALLUM, R.; WIDAMAN, K.; ZHANG, S.; HONG, S. Sample size in factor analysis. *Psychological Methods*, v. 4, p. 84-99, 1999.

MAINWARING, S. *Sistemas partidários e novas democracias: o caso do Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2001.

MILNER, H. *Interests, institutions and information: domestic politics and international relations*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1997.

MOHUN, S. Economia Política (verbete). In: OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. (eds.). *Dicionário do pensamento social do Século XX*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1996.

MUTHÉN, B. A general structural equation model with dichotomous, ordered categorical, and continuous latent variable indicators. *Psychometrika*, v. 49, n. 1, p. 115-132, 1984.

MUTHÉN, B.; MUTHÉN, L. How to use a Monte Carlo study to decide on sample size and determine power. *Structural Equation Modeling*, v. 9, n. 4, p. 599-620, 2002.

MUTHÉN, B.; MUTHÉN, L. *Mplus User's Guide*. 3. ed. Los Angeles, CA: Muthén & Muthén, 2004.

NETEMEYER, R.; BEARDEN, W.; SHARMA, S. *Scaling procedures: issues and applications*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2003.

O'DONNELL, G. Tensões no Estado autoritário-burocrático e a questão da democracia. In: COLLIER, D. (org.) *O novo autoritarismo na América Latina* (pp. 267-296). Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1982.

O'DONNELL, G. Transições, continuidades e alguns paradoxos. Hiatos, instituições e perspectivas democráticas. In: REIS, F.; O'DONNELL, G. (orgs.). *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas* São Paulo, SP: Vértice, 1988. p. 41-90.

O'DONNELL, G. *Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política*. 2. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1994.

PETERSON, R. *Constructing effective questionnaires*. London, UK: Sage Publications, 2000.

POULANTZAS, N. *Poder Político e Classes Sociais*. Porto, PT: Portucalense, 1971.

REIS, F. Estado liberal, projeto nacional, questão social. *Revista Planejamento e Políticas Públicas*, n. 9, p. 145-168, jun. 1993.

RIGDON, E. Structural equation modeling. In: MARCOULIDES, G. (ed.). *Modern methods for business research*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 1998. p. 251-294

ROSSITER, J. The C-OAR-SE procedure for scale development in marketing. *International Journal of Research in Marketing*, v. 19, p. 305-335, 2002.

SANTOS, W. *Razões da desordem*. Rio de Janeiro, RJ: Rocco, 1993.

SCAGLIUSI, F.; CORDÁS, T.; POLACOW, V.; COELHO, D.; ALVARENGA, M.; PHILIPPI, S.; LANCHI, A. Tradução da escala de desejo de aceitação social de Marlowe & Crowne para a língua portuguesa. *Revista de Psiquiatria Clínica*, v. 31, n. 6, 2004.

SCHUMACKER, R.; LOMAX, R. *A beginner's guide to structural equation modeling*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 1996.

THIRY-CHERQUES, H. A formação do conceito em pesquisa qualitativa (material didático). 2005.

VELASCO, L. A economia política das políticas públicas: Fatores que favoreceram as privatizações no período 1985/94. *Texto para Discussão* (vol. 54, abril). Rio de Janeiro, RJ: BNDES, 1997.

VELASCO, L. A economia política das políticas públicas: as privatizações e a reforma do Estado. *Texto para Discussão* (vol. 55, maio). Rio de Janeiro, RJ: BNDES, 1997a.